

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002854-88.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **JOEL RAMOS DA SILVA**
Requerido: **JOSÉ CARLOS PEREIRA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter comprado um automóvel do réu, o qual apresentou com o passar do tempo diversos problemas que especificou.

Almeja ao ressarcimento dos valores que haverá de despendar para o conserto do veículo.

É incontroverso que o automóvel adquirido pelo autor tem dezoito anos de uso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os problemas elencados a fl. 01 não se confundem com vícios ocultos e derivam do desgaste natural provocado pelo transcurso do tempo.

Nessas condições, inexistente lastro para atribuir ao réu a responsabilidade em arcar com o valor necessário ao reparo do automóvel.

Pelas condições do negócio, deveria o autor ou previamente diligenciar a vistoria detalhada do veículo ou, se não o fez, conformar-se com sua situação e assumir os gastos havidos a partir da compra.

São nesse sentido reiteradas manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o assunto:

“Compra e venda de veículo usado. Ação de obrigação de fazer com indenização por danos morais. Alegações de defeito no motor e no câmbio. Veículo com mais de treze anos. Desgaste natural das peças. Vício oculto inexistente. Ausência de cautela. Assunção do risco pelo negócio. Dano moral não configurado. Mero dissabor. Sentença de improcedência mantida. Recurso improvido.” (TJ-SP, Apelação nº 0073282-64.2012.8.26.0224, 26ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **BONILHA FILHO**, j. 27/08/2015).

“Quem se propõe a adquirir um veículo usado, não pode desconhecer o risco do negócio e deve necessariamente saber da possibilidade do surgimento de problemas. Para tanto, o mínimo de cautela que o interessado na aquisição deve adotar, previamente, é mandar realizar uma vistoria por meio de profissional especializado de sua confiança, pois só assim terá condições de saber, com exatidão, as condições em que se encontra. Ao realizar a aquisição sem quaisquer cuidados prévios, assumiu o comprador o risco do negócio, assim não pode reclamar dos defeitos que encontrou que eram previsíveis.” (TJ-SP, Apelação nº 0000472-50.2012.8.26.0464, 31ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ANTONIO RIGOLIN**, j. 18/08/2015).

“Ação de rescisão contratual c.c. indenização por perdas e danos. Compra de automóvel usado Fiat Marea, ano 2000. Reclamação de vícios do produto. Alegado problema no motor. Correta a r. sentença de improcedência, pois mesmo durante o período de garantia, o fornecedor de produtos usados não poderia ser responsabilizado pela natural deterioração do velho veículo. Desgaste normal e vida útil limitada de certos componentes. Recurso improvido, mesmo com plena aplicação do CDC.” (TJ-SP, Apelação nº 0005620-22.2012.8.26.0309, 27ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **CAMPOS PETRONI**, j. 11/08/2015).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, de sorte que não se cogita da obrigação imputada ao réu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**